



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA,
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO
PARANÁ, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026.

MESA EXECUTIVA:

JORGE TORQUATO JUNIOR

PAULO CEZAR MIYAZAKI

RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE ‘Ad hoc’

Aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Maria Lídia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, PAULO CEZAR MIYAZAKI, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE, ROSANO CUSTÓDIO e ausente a vereadora NEUZA COSTA SOUZA, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Raidar Ahmad Ali Chehade “ad hoc” e Paulo Cezar Miyazaki. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, iniciou a sessão cumprimentando os presentes e declarando abertos os trabalhos da 17ª Sessão Ordinária, realizada em 9 de junho de 2026. Em seguida, convidou o Vereador Paulo Hara para realizar a leitura bíblica, que proferiu trechos de Provérbios 13. Após a leitura bíblica, o Presidente determinou à secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da sessão anterior. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade foi nomeado para a segunda secretaria, em virtude da ausência da Vereadora Neuza Costa Souza. A ata da 17ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de junho de 2026, foi lida e, não havendo manifestações, foi considerada aprovada. Na sequência, a secretária da Casa procedeu à leitura das matérias constantes do expediente. Foram lidos o Projeto de Lei nº 17 de 2026, de autoria do Vereador Rosano Custódio, que "Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1927 de 2025, que dispõe sobre o auxílio transporte aos estudantes e dá outras providências". Em seguida, foi lido o Requerimento nº 4 de 2026, de autoria do Vereador Rosano Custódio, que solicitava a inserção em ata de Moção de Aplausos ao senhor Denny Clayton Fussa pelos títulos conquistados no laço em dupla e por representar o município de Assaí em competições. Posteriormente, foi lido o Pedido de Informações nº 05/2026, de autoria dos Vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva e Rosano Custódio, que solicitava informações e documentos referentes à inexigibilidade da licitação nº 12/2026 e ao Contrato Administrativo nº 78/2026, que contratou empresa especializada para avaliação de saúde, aptidão física e potencial esportivo de crianças e adolescentes da rede municipal de ensino. O requerimento questionava a permanência dos dados coletados sob posse do município, o papel dos servidores municipais na execução do projeto, o objetivo da capacitação oferecida, as ações concretas pós-avaliações, o monitoramento da evolução dos estudantes e o legado permanente do investimento de R\$ 298 mil. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 5/2026, de autoria dos Vereadores Carlos Junior da Silva e Rosano Custódio, que solicitava o comparecimento do Secretário Municipal de Saúde, Senhor Dylan Custódio, para prestar informações sobre o cumprimento da Lei Municipal nº 1960 de 2026, que trata do fornecimento de medicamentos e consultas, e sobre a exigência do cadastro GOV Assaí nível 2 para acesso a esses serviços. O requerimento também solicitava esclarecimentos sobre a negativa de atendimento e as providências para oportunizar o cadastro a todos os cidadãos. Foi lido o Requerimento nº 06/2026, de autoria dos Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

Carlos Junior da Silva e Rosano Custódio, que solicitava o comparecimento da Secretária Municipal de Educação, Senhora Josiane Aparecida Santana Scheffer, para prestar informações sobre um suposto incidente envolvendo uma criança de 3 anos que teria saído sozinha de um CMEI, e sobre as medidas tomadas para aumentar a segurança nas unidades. Por fim, foi lida uma Representação para apuração de possível descumprimento da Lei Municipal nº 1960 de 2026, com pedido de atuação da Comissão de Educação, Saúde Pública, Seguridade e Assistência Social, Servidores Públicos do Meio Ambiente, Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, preservação de provas, convocação de autoridades, requisição de documentos e instauração de procedimento investigatório, de autoria do Senhor Alan Chaves da Silva. Após a leitura das matérias, o Presidente despachou o Projeto de Lei nº 17 de 2025 para as Comissões de Justiça, Finanças e Educação. O Requerimento nº 4/2026, referente à moção de aplausos ao Senhor Denny Clayton Fussuma, foi deferido. O Pedido de Informação nº 5/2026 foi encaminhado à Comissão de Justiça e Finanças para opinar. O Requerimento nº 5/2026, que convocava o Secretário Municipal de Saúde, foi encaminhado à Comissão de Justiça e Finanças para opinar. O Requerimento nº 6/2026, que convocava a Secretária Municipal de Educação, foi encaminhado à Comissão de Justiça e Finanças para opinar. A Representação de autoria do Senhor Alan Chaves da Silva foi encaminhada para a Comissão de Educação e Saúde Pública para conhecimento. Neste momento, o Vereador Carlos Junior da Silva solicitou a palavra "pela ordem", questionando o despacho de pedidos de informação e requerimentos para as comissões, argumentando que o Regimento Interno não exigia tal procedimento e que era atribuição do Presidente. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, defendeu sua decisão, citando o artigo 61 do Regimento Interno, que permite ao Presidente despachar proposições para comissões. Diante da divergência, o Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos para consulta ao regimento. Reabertos os trabalhos, o Presidente informou que o Requerimento nº 4 de 2026, de autoria do Vereador Rosano Custódio, já havia sido deferido. Em seguida, anunciou que o Pedido de Informação nº 5/2026, os Requerimentos nº 5/2026 e 6/2026 seriam incluídos na pauta da Ordem do Dia. Na sequência passou-se ao Ordem do Dia. O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 01/2026, de autoria da Mesa Executiva, que "Regulamenta a Lei Federal 14.129, de 29 de março de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, instituindo o programa de governo digital da Câmara Municipal de Assaí". Ninguém desejando se manifestar foi submetido à votação. O segundo secretário procedeu à chamada nominal dos vereadores: Alessandro Cezar Torquato (Sim), Carlos Junior da Silva (Sim), Clésio Carlos Cruz (Sim), Jorge Torquato Junior (Sim), Paulo Cezar Miyazaki (Sim), Paulo Hara (Sim), Raidar Ahmad Ali Chehade (Sim), Rosano Custódio (Sim). O projeto foi aprovado por unanimidade de votos em segunda discussão e votação. Em seguida, passou-se à discussão do Pedido de Informação nº 05/2026, que solicitava informações e documentos pertinentes à inexigibilidade de licitação nº 012/2026 e ao contrato administrativo nº 078/2026. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, destacando que o requerimento era de interesse dos vereadores, da população e de servidores da educação, que possuíam dúvidas sobre o contrato de quase R\$ 300 mil com a empresa especializada em avaliação esportiva. Ele ressaltou a importância de sanar dúvidas e obter detalhes específicos sobre o projeto. O Vereador Carlos Junior da Silva também se manifestou, expressando preocupação com o contrato de R\$ 298 mil com o Instituto Sport Training para avaliação de crianças. Ele questionou o fato de o dinheiro ter saído da educação e não do esporte, e a eficácia de uma avaliação de alto rendimento em um município sem estrutura esportiva adequada. O vereador indagou sobre a permanência dos dados coletados, o acompanhamento das crianças e a ausência de profissionais de educação física municipais no projeto. Ele enfatizou a função fiscalizadora do vereador e a necessidade de transparência no gasto do dinheiro público. Não havendo mais vereadores inscritos para a



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

discussão, o Pedido de Informação nº 05/2026 foi submetido à votação. O segundo secretário procedeu à chamada nominal: Alessandro Cezar Torquato (Sim), Carlos Junior da Silva (Sim), Clésio Carlos Cruz (Sim), Paulo Cezar Miyazaki (Não), Paulo Hara (Não), Raidar Ahmad Ali Chehade (Não), Rosano Custódio (Sim). O Pedido de Informações foi aprovado por quatro votos a três em primeira e única discussão. A seguir, passou-se à discussão do Requerimento nº 06/2026, que solicitava o comparecimento da Secretária Municipal de Educação, Senhora Josiane Aparecida Santana Scheffer, para prestar informações sobre um suposto incidente envolvendo uma criança de 3 anos que teria saído sozinha de um CMEI, e sobre as medidas tomadas para aumentar a segurança nas unidades. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, esclarecendo que em nenhum momento citou nomes de crianças ou pais em suas manifestações anteriores sobre o incidente na creche. Ele reiterou a preocupação generalizada dos pais com a segurança nas creches e a anormalidade de uma criança de 3 anos sair sozinha. O vereador defendeu a necessidade de a Secretaria de Educação responder sobre as providências tomadas, como a contratação de segurança. Ele criticou a tentativa de difamá-lo e reafirmou seu papel de fiscalizador, especialmente como vereador de oposição. Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Requerimento nº 06/2026 foi submetido à votação. O segundo secretário procedeu à chamada nominal: Alessandro Cezar Torquato (Sim), Carlos Junior da Silva (Sim), Clésio Carlos Cruz (Sim), Paulo Cezar Miyazaki (Não), Paulo Hara (Não), Raidar Ahmad Ali Chehade (Sim), Rosano Custódio (Sim). O requerimento foi aprovado por cinco votos a dois em primeira e única discussão. Em seguida, passou-se à discussão do Requerimento nº 05/2026, que solicitava o comparecimento do Secretário Municipal de Saúde, Senhor Dylan Custódio, para prestar informações sobre o cumprimento da Lei Municipal nº 1960 de 2026 e a exigência do cadastro GOV Assaí. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, relatando diversas reclamações de munícipes sobre a dificuldade em obter medicamentos e consultas devido à exigência do cadastro GOV e, em alguns casos, de laudos de especialistas que o município não oferece. Ele citou o caso de uma mãe de criança com deficiência que não conseguia o medicamento do filho por falta de laudo de neuropediatra e a impossibilidade de arcar com o custo da consulta particular. O vereador criticou a falta de empatia da administração municipal e a postura do Secretário de Ciência e Tecnologia, Igor, que, segundo ele, estaria distante da realidade da população e gastando dinheiro público em viagens internacionais. Ele exigiu que o Secretário de Saúde e o Secretário de Ciência e Tecnologia compareçam à Câmara para prestar esclarecimentos. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade também se manifestou, afirmando que não era contra o cadastro GOV, mas sim contra a negação de medicamentos e consultas devido à falta de cadastro imediato. Ele sugeriu um prazo maior para que a população pudesse realizar o cadastro e defendeu o comparecimento dos Secretários Dylan e Josiane para explicar a situação à população e aos vereadores. O vereador ressaltou a importância da saúde e a necessidade de a administração pública dar respaldo aos cidadãos. O Vereador Carlos Junior da Silva retomou a palavra, relatando o caso de uma mãe que teve o xarope para seu filho gripado negado na farmácia municipal por não ter o cadastro GOV, tendo que gastar R\$ 300 em uma farmácia particular. Ele questionou a recusa da farmácia em fornecer o medicamento, mesmo com uma lei municipal vigente que desobriga o cadastro imediato. O vereador criticou a blindagem do Secretário de Saúde e a falta de transparência, comparando a situação com a Assembleia Legislativa, onde secretários estaduais respondem a questionamentos. Ele reiterou que a função do vereador é fiscalizar o dinheiro público e garantir que a população mais necessitada tenha acesso aos serviços de saúde. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, mencionando que havia alertado sobre a dificuldade de conseguir neuropediatra pelo SUS e que o Secretário de Saúde havia informado que pediatras poderiam fazer as receitas. Ele expressou surpresa com a continuidade da



CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

exigência do laudo de neuropediatra e a consequente falta de acesso a medicamentos. O vereador ressaltou que a questão do GOV era uma luta de todos os vereadores, que inclusive haviam se reunido com o Ministério Público. Ele orientou a população a fazer o cadastro GOV, mas defendeu a necessidade de resolver a situação para que a população possa retirar seus medicamentos normalmente. Não havendo mais vereadores inscritos para a discussão, o Requerimento nº 05/2026 foi submetido à votação. O segundo secretário procedeu à chamada nominal: Alessandro Cezar Torquato (Sim), Carlos Junior da Silva (Sim), Clésio Carlos Cruz (Sim), Paulo Cezar Miyazaki (Não), Paulo Hara (Não), Raidar Ahmad Ali Chehade (Sim), Rosano Custódio (Sim). O requerimento foi aprovado por cinco votos a dois em primeira e única discussão. Esgotadas as matérias em pauta, passou-se ao período final de explicações pessoais. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade fez uso da palavra, abordando a questão do GOV e do salário de R\$ 17.500, mas também chamando a atenção para outras reclamações da população, como as casas do Grilo e os buracos nas calçadas da avenida. Ele mencionou a necessidade de resolver o problema do asfalto do Pau D'Alho e dos carreadores rurais. O vereador defendeu a união dos vereadores, independentemente de situação ou oposição, para a elaboração de projetos e a resolução dos problemas do município. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, lamentando as discórdias causadas pelos seus pedidos de convocação dos secretários de Saúde e Educação. Ele criticou a agilidade da prefeitura em preparar a cidade para a visita do governador, contrastando com a lentidão em atender às demandas da população, como quebra-molas e cascalhamento de estradas. O vereador expressou frustração com a falta de atendimento às solicitações dos vereadores e a percepção de que a administração municipal dificulta o acesso a serviços para criar dependência política. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, reiterando sua indignação com a disparidade de tratamento entre a visita do governador e as necessidades da população. Ele criticou a ostentação da administração municipal com gastos internacionais e a falta de atenção aos problemas sociais, como a falta de medicamentos e a situação da Vila do Grilo. O vereador desabafou sobre a falsidade na política e reafirmou seu compromisso em representar a população, não se enquadrando na "corja" política. Ele desafiou o Secretário Igor a justificar a criação do cargo de R\$ 17.500 e criticou a postura do prefeito em relação aos vereadores de oposição. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, desabafando sobre as dificuldades de ser vereador de oposição e a frustração com a falta de respeito ao regimento interno. Ele reiterou seu compromisso em fiscalizar o dinheiro público e defender os interesses da população, mesmo diante das adversidades e das tentativas de descredibilizá-lo. O vereador expressou sua preocupação com o futuro da política em Assaí, caso as pessoas boas desistam. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, antes de encerrar a sessão, defendeu sua atuação, afirmando que segue o regimento interno e que encaminhará todos os requerimentos para despacho das comissões. Ele ressaltou a liberdade de voto dos vereadores e a importância das reuniões de comissão e pareceres jurídicos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença das autoridades, municipais, vereadores e funcionários da casa, e declarou encerrado o trabalho da presente sessão.